

# BIRD ajuda a recuperar Pantanal

No total, US\$ 350 milhões serão gastos no projeto de reflorestamento da região

por Rodrigo Mesquita  
de Campo Grande

O governo de Mato Grosso do Sul vai aplicar US\$ 350 milhões num projeto de recuperação do Pantanal. Esse dinheiro será gasto no reflorestamento das margens dos rios que abastecem o Pantanal e no saneamento das cidades que margeiam a região, eliminando o despejo de esgotos revelou, a este jornal, o governador Wilson Barbosa Martins.

Do total de recursos, US\$ 250 milhões virão de um empréstimo do Banco Mundial (BIRD) e o restante de contrapartidas dos governos federal e estadual. Martins explica que, com a ocupação desordenada da região e o desmatamento das cabeceiras dos rios, os cursos d'água foram assoreados. "Atualmente, no período de cheias (que corresponde ao verão), os leitos transbordam e a água invade pastos que antes ficavam no seco", diz ele.

O projeto tem um prazo de execução, depois de aprovado o empréstimo, de quatro anos. E, além da importância ambiental, é vital para a população da região, explica o governador. O crescimento das ci-

dades na borda do Pantanal se deu de forma caótica, sem a construção de uma infraestrutura básica de saneamento e com a formação de núcleos de miséria acentuada nas periferias. A idéia é promover o desenvolvimento social ao tempo em que se eliminam fontes poluidoras, diz Martins.

O Pantanal não é o único problema do governador. Ele está preocupado com a possibilidade de uma "invasão" do estado por famílias de "brasilguitos" (brasileiros que vivem no Paraguai), expulsos pelas autoridades locais e pela falta de perspectivas de trabalho.

Mato Grosso do Sul possui uma fronteira seca com o país vizinho de cerca de 400 quilômetros e é o caminho natural dessas famílias que retornam ao Brasil. Esse movimento vem crescendo, nos últimos anos. Para o ano que vem, entretanto, a estimativa, segundo o secretário de Comunicação do governo estadual, Mário Reis, é de que 10 mil famílias atravessem a fronteira.

Esses migrantes, na maioria dos casos, vêm engrossar as fileiras dos miseráveis na periferia das cidades e são fonte de mili-

tantes para o Movimento dos Sem Terra (MST), que tem uma atuação expressiva no estado. O último conflito, há cerca de quinze dias, foi na fazenda Itaquirara, ao sul do estado. "Eu já avisei ao presidente e, mais recentemente, pedi providências ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, mas, até agora, não obtive nenhuma resposta", diz o governador.

## As águas dos rios invadem os pastos durante as cheias nos meses de verão

Esse é um problema bastante complexo, explica Wilson Martins. "O governo estadual não tem áreas disponíveis e não pode desapropriar já que só a União tem competência para isso". Só uma iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pode resolver a questão, conta ele.

Martins assumiu o estado numa situação, segundo ele, de calamidade. Os governos anteriores deixaram dívidas de cerca de R\$ 130

milhões e quebradas as companhias de saneamento e de energia. As duas estatais (Sanesul, de saneamento e Enersul, de energia elétrica) já estão de novo operando no azul. E são passíveis de entrar no programa de desestatização que Mato Grosso do Sul instalou.

No último dia 21, o governador assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um convênio de assessoria para a privatização estadual. "Nós ainda não temos um modelo", diz Wilson Martins. A Sanesul e a Enersul são as estatais mais importantes de Mato Grosso do Sul. O estado não possui banco próprio e o restante das empresas controladas pelo governo não tem maior expressão, explica o secretário Mário Reis.

Para quitar as dívidas em atraso (principalmente operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias, -ARO), Martins aguarda a aprovação, pelo Senado, de uma autorização, já concedida pelo Tesouro, para contratar empréstimos junto aos bancos privados. "Vamos tomar R\$ 130 mi-

lhões para pagar o que vence este ano", diz ele.

Mato Grosso do Sul, como a maioria dos estados, enfrenta problemas com a folha de pagamentos do funcionalismo, que consome cerca de 70% da receita. O governador pretende, para 1996, reduzir esse comprometimento aos limites impostos pela Lei Camata, que limita em 60% o percentual da folha com relação à arrecadação.

O problema, diz ele, não são os salários do Poder Executivo. "Nós aqui pagamos quatro folhas: uma do Executivo, uma do Judiciário, uma do Legislativo e uma do Ministério Público. E, enquanto os funcionários do Executivo ganham mal, os outros recebem de três a quatro vezes mais." Martins pretende, num primeiro momento, negociar com as demais esferas da administração uma redução nas diversas folhas de pagamento. Se isso não der certo, porém, o governador diz que não hesitará em partir para o confronto, tentando, através de mecanismos legais, o que não conseguir na negociação.

23/11/95  
A-6